

13° SIMULADO

TJSC

TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

13º Simulado TJ-SC

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-SC;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJ-SC-15-08>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

Amor nenhum dispensa uma gota de ácido.

Em 1925, um estudante de farmácia e jovem poeta que assinava Carlos Drummond publicou um artigo afirmando que, em relação a Machado de Assis, o melhor a fazer era repudiá-lo. Cheio de ímpeto juvenil, considerava o criador de Brás Cubas um “entreve à obra de renovação da cultura geral”. Na correspondência que manteve com Mário de Andrade nas décadas de 1920 e 1930, Machado também teria papel crucial no embate acerca da tradição. Nas cartas, o escritor volta e meia surge como encarnação de um passado a ser descartado.

Décadas mais tarde, em 1958, Drummond publicou o poema “A um bruxo, com amor”, uma das mais belas homenagens de escritor para escritor na literatura brasileira. Um único verso dá a medida do elogio: “Outros leram da vida um capítulo, tu leste o livro inteiro”. O poema compõe-se de frases do escritor, cujo cinquentenário de morte então se comemorava. O poeta maduro, que agora assinava Carlos Drummond de Andrade, emprestava palavras do próprio Machado para compor um epíteto que ganharia ampla circulação, o “bruxo do Cosme Velho”. O que teria se passado com Drummond para mudar tão radicalmente de posição?

Harold Bloom descreve as razões que marcam a relação entre escritores de diferentes gerações. O processo passa pela ironia do mais jovem em relação ao seu precursor; pelo movimento que marca a construção de um sublime que se contrapõe ao do precursor; e, finalmente, pela reapropriação do legado.

A assimilação dificultosa do passado é também um processo vivido pela geração de Drummond. Os antepassados foram vistos muitas vezes como obstáculos aos desejos de renovação que emergiram a partir da década de 1910 em vários pontos do Brasil. E tanto no âmbito individual como no geracional, Machado surge como emblema do antigo. Alguém que fora sepultado com os elogios fúnebres de Rui Barbosa e Olavo Bilac não podia deixar de ser uma pedra no caminho para escritores investidos do propósito de romper com as convenções. Até Drummond chegar à declaração de respeito, admiração e amor, foi um longo percurso. Pouco a pouco, Machado deixa de ser ameaça para se tornar uma presença imensa que ocupa a imaginação do poeta.

(Adaptado de: GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Amor nenhum dispensa uma gota de ácido. São Paulo: Três Estrelas, 2019, p. 9-30.)

01. É possível depreender corretamente do texto que:

- a) A admiração que Carlos Drummond de Andrade nutria por Machado de Assis na juventude esvai-se quando passa a vê-lo com olhos mais críticos na maturidade.
- b) A geração de Carlos Drummond de Andrade via seus predecessores como empecilhos a um projeto de renovação cultural.
- c) O autor demonstra sua admiração por escritores jovens que reconhecem em seus predecessores pessoas com quem têm muito a aprender.
- d) O autor destaca que, embora dirimidas com o tempo, as divergências entre Machado de Assis e Carlos Drummond jamais foram superadas.
- e) Segundo as ideias de Harold Bloom, a rivalidade entre Drummond e Machado é um fenômeno individual comum entre um escritor célebre e seu discípulo mais notório.

02. “Alguém que fora sepultado com os elogios fúnebres de Rui Barbosa e Olavo Bilac não podia deixar de ser uma pedra no caminho para escritores investidos do propósito de romper com as convenções”. (4º parágrafo)

De acordo com o texto, no trecho destacado, Rui Barbosa e Olavo Bilac surgem como

- a) herdeiros de uma cultura ultrapassada.
- b) modelos a serem seguidos.
- c) escritores dispostos a superar o convencional.
- d) representantes de uma tradição a ser descartada.
- e) representantes de um sistema literário arrojado.

03. Está clara e correta a redação deste livre comentário:

- a) Ao menos existe nas redes sociais alguns momentos de ponderação, onde o ódio irrefletido cede lugar à dúvida quanto à possibilidade de julgar.
- b) Tendo em vista à irracionalidade predominante, incensam-se aqui e ali profundas controvérsias, verdadeiros fogos selvagens irreduzíveis.
- c) Por mais inflamadas que sejam as nossas razões, supõem-se que de algum modo façam justiça ao que possa haver neles de mais imponderável.
- d) Assim como há linchadores do que é visto como diferente, assim também podem haver turbas que defendem o oposto, perpetrando o mesmo tipo de violência.
- e) Por falta da necessária ponderação, estão sendo vistas como naturais atitudes extremadas, que constituem verdadeiros linchamentos públicos.

04. "Será que lhes faltam **características**". O fragmento que exerce a mesma função sintática do destacado acima está também destacado em:

- a) As palavras estão **no ar**.
- b) A mimeuse adiciona **uma dimensão representativa** à imitação.
- c) Pegue as fotos e **as** reorganize em algo pessoal.
- d) Há **ecos, imitações, paráfrases de Rossini**.
- e) **A criatividade** envolve não só anos de preparação e treinamento.

05. [...] eles ficavam sob tutela estatal e deviam prestar serviços ao Estado ou a particulares por 14 anos até **sua emancipação**.

A expressão destacada pode ser antecedida – sem prejuízo do sentido, da coesão e da correção gramatical – por

- a) alcançarem à.
- b) fizerem juz a.
- c) que ocorresse.
- d) lhe sucederem.
- e) que os fosse concedido.

06. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o vocábulo sublinhado na frase:

- a) Para Simone de Beauvoir, não **(faltar)** a um velho aposentado razões para se desesperar com a ausência de sentido de toda a sua vida.
- b) Talvez não se **(poder)** jamais reparar, em nossa sociedade, os prejuízos que advieram de tanto pragmatismo em ação.
- c) A cada vez que nos **(importar)** a sociedade pragmática suas regras de competição, sentimos um esvaziamento dos valores.
- d) A saúde física e a mental não se **(devolver)** àquele que as perdeu numa vida cujo sentido foi inteiramente esvaziado.
- e) É fundamental que às minorias **(cabere)** amparar todos aqueles que não contam com armas para lutar por seus direitos.

07. O que é mais difícil de enfrentar, na vida artística: a resistência do público para quem sua obra se dirige ou a fama vertiginosa que alavanca (ops) a carreira de alguns artistas iniciantes para o topo do mercado em algumas semanas?

Considere as afirmações a seguir, a respeito do período acima:

- I. A vírgula imediatamente após enfrentar pode ser suprimida sem prejuízo para a correção e o sentido da frase.
- II. Acrescentando-se uma vírgula imediatamente após público, o período permanece correto, mas o público em questão passa a ter caráter mais abrangente.
- III. Pode-se acrescentar uma vírgula após dirige, sem prejuízo da correção e do sentido da frase, uma vez que "ou" é conjunção alternativa.

Está correto o que se afirma em

- a) II e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) II, apenas.

08. Quanto à voz de Maria Gadú, pouco adianta dizer que é rouca ou grave. Semelhante experiência olfativa, qual usamos com frequência analogias, aduzir voz uma definição não resolve a imprecisa descrição. Maria Rita Kehl, assim, termina por introduzir uma imagem: “uma lixa muito fina a filtrar o som que passa por ela, vindo do fundo de um poço”.

Preenche respectivamente as lacunas acima o que se encontra em:

- a) à – para a – à
- b) à – a – a
- c) à – para a – a
- d) a – a – à
- e) a – à – a

09. Ponte? Nem pensar, dizem os moradores, em coro.

Há um comentário correto sobre o fragmento transcrito acima em:

- a) Aceita a interpretação que o faz corresponder, em discurso direto, a “Os moradores diziam, em coro, que ponte nem pensar”.
- b) Em discurso direto, para fazer jus ao sentido desejado, deveria ser apresentado assim: “- Ponte? Oferecem as autoridades municipais.
- Nem pensar! Dizem os moradores, em coro”
- c) Para adequar-se à norma-padrão, precisa ter a pontuação alterada para: “Ponte, nem pensar? - Dizem os moradores em coro”.
- d) Apresenta equívoco no emprego de vírgula, que é corrigido assim: “Ponte? Nem pensar, dizem, os moradores em coro”.
- e) Para ficar completo e adequado à norma-padrão, deve ser reformulado, em discurso indireto, assim: “Os moradores refutam, em coro, a possibilidade de se pensar em ponte”

10. A redação que está clara e em concordância com a norma-padrão é:

- a) Técnicos analisaram também o plano de acesso à garagem superior do edifício, buscando encontrar o ponto vulnerável na estrutura dele, devido que havia risco para a segurança dos condôminos.
- b) Nada havendo a contestar depois de lida a ata, o representante dos condôminos mais antigos pediu a palavra para defender sua opinião sobre matéria que não constava da pauta, sendo mal aceita.
- c) Se o zelador dispusesse de mais tempo para tarefas que são próprias dessa função, não seria necessário a contratação de um outro auxiliar a mais, que podia resolver o problema.
- d) Mesmo tendo sido aprovada a proposta de redução de custos do condomínio, houve quem lamentasse a perda de certas prestações de serviço, que foram consideradas supérfluas.
- e) Visitantes de moradores devem cumprir o regulamento do condomínio e preservem as áreas verdes, com o objetivo de assegurar futuras vezes em que voltem para visitas.

11. As frases abaixo referem-se à pontuação.

- I. ... a máscara de guerra de vida cresta-se toda no rosto como lama seca, e os pedaços irregulares caem com um ruído oco no chão.
A vírgula colocada após lama seca justifica-se pelo fato de separar duas orações de sujeitos diferentes.
- II. Escolher a própria máscara é o primeiro gesto involuntário humano. E solitário.
O ponto final imediatamente após humano, embora possa ser substituído corretamente por uma vírgula, presta-se a dar ênfase ao segmento posterior.
- III. ... à medida que vão vivendo fabricam a própria máscara.
Pode-se acrescentar uma vírgula após o segmento vão vivendo, sem prejuízo da correção e do sentido da frase.

Está correto o que se afirma em

- a) I e III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II, apenas.
- e) III, apenas.

12. O elemento sublinhado está empregado corretamente em:

- a) O escritor, no fim das contas, acaba moldando-se aos ideais cujos leitores arbitrariamente lhe inculcam.
- b) Termina-se por constituir um anedotário sobre os escritores, com o qual se ilustram suas principais características.
- c) O mais das vezes fantasiosas, as histórias de que contam dos poetas costumam desviar de suas obras a atenção necessária.
- d) O público leitor, ávido por histórias da qual distrair-se, não perdoa sequer a reputação dos artistas.
- e) Ao atribuir determinadas características aos escritores de que admiramos, na verdade buscamos nos identificar a eles.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Guilherme Neves

13. Uma empresa emprega 60 homens e 70 mulheres. Sabe-se que 75% dos homens falam Inglês, enquanto 40% das mulheres não falam Inglês. Logo, o número de empregados desta empresa que são mulheres ou falam inglês é:

- a) 97.
- b) 115.
- c) 127.
- d) 130.
- e) 157

14. Thiago gastou $\frac{4}{5}$ de seu salário e lhe sobraram R\$ 350. Portanto, para que seu salário seja igual a R\$ 2.000, ele precisa receber um aumento de:

- a) Menos que 13,25%.
- b) Mais que 13,25% e menos que 13,75%.
- c) Mais que 13,75% e menos que 14,25%.
- d) Mais que 14,25% e menos que 14,75%.
- e) Mais que 14,75%.

15. Considere falsa a afirmação “Se átomos são incontáveis, então eles são infinitos”. Logo, é verdade que

- a) átomos não são incontáveis.
- b) átomos são incontáveis e são infinitos.
- c) átomos não são incontáveis ou são infinitos.
- d) átomos não são infinitos.
- e) átomos não são infinitos e não são incontáveis.

16. Sejam p e q proposições. Qual a opção cuja proposição composta substitui corretamente o ponto de interrogação na tabela verdade?

p	q	?
V	V	F
V	F	V
F	V	F
F	F	F

- a) $p \leftrightarrow q$
- b) $\sim(p \leftrightarrow q)$
- c) $p \rightarrow q$
- d) $\sim(p \rightarrow q)$
- e) $\sim(p \cdot q)$

17. Sejam as proposições simples:

p: Ronaldo é engenheiro.

q: Rafaela é artista.

A alternativa que apresenta a negação para “Ronaldo é engenheiro e Rafaela é artista” é

- a) Ronaldo não é engenheiro, e Rafaela não é artista.
- b) Ronaldo não é engenheiro ou Rafaela não é artista.
- c) Se Ronaldo não é engenheiro, então Rafaela não é artista.
- d) Ronaldo não é engenheiro se e somente se Rafaela não for artista.
- e) Ronaldo não é engenheiro, e Rafaela é artista.

18. Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação equivalente à afirmação: “Se o Náutico é campeão do torneio, então o Sport não é”.

- a) Se o Náutico é campeão do torneio, então o Sport também é.
- b) Se o Náutico não é campeão do torneio, então o Sport é.
- c) Se o Sport é campeão do torneio, então o Náutico não é.
- d) Se o Sport é campeão do torneio, então o Náutico também é.
- e) Se o Sport não é campeão do torneio, então o Náutico é.

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Torques

19. A Lei nº 10.098/2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma dessas medidas:

- a) Os sinais de tráfego, semáforos, postes de iluminação ou outros elementos verticais de sinalização serão instalados de forma a não dificultar ou impedir a circulação.
- b) Os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas deverão estar equipados com mecanismo

que emita sinal estridente para garantir a atenção dos transeuntes e condutores.

- c) Os elementos do mobiliário urbano deverão ser projetados e instalados em locais que permitam sejam eles utilizados apenas pelas pessoas portadoras de deficiência.
- d) Os semáforos para pedestres que emitem sinais sonoros deverão ser instalados em todas as avenidas dos municípios.
- e) A instalação de qualquer mobiliário urbano em área de circulação comum para pedestre que ofereça risco de acidente à pessoa com deficiência deverá ser indicada mediante sinalização com placas que apresentem tamanho suficiente para garantir sua fácil visualização.

20. A pandemia do coronavírus modificou a realização de grandes eventos, a exemplo de apresentações artísticas. Atualmente, adotou-se o sistema *drive-in* em que o público permanece dentro de veículos para apreciar o espetáculo. Sobre a disponibilidade de banheiros químicos acessíveis, de acordo com a Lei nº 10.098/2000:

- a) considerando o caráter excepcional dos eventos *drive-in*, não é necessário que sejam reservados banheiros químicos acessíveis.
- b) os banheiros químicos acessíveis serão voltados unicamente às pessoas com deficiência.
- c) os banheiros químicos acessíveis serão destinados às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e corresponderão a 10% (dez por cento) do total.
- d) deve ser feita uma reserva de 5% (cinco por cento) do total de banheiros disponíveis, sendo garantido ao menos uma unidade caso a aplicação do percentual resulte em fração inferior a 1 (um).
- e) deve ser feita uma reserva de 10% (cinco por cento) do total de banheiros disponíveis, sendo garantido ao menos duas unidades (masculina e feminina) caso a aplicação do percentual resulte em fração inferior a 1 (um).

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thállius Moraes

21. Acerca das regras atinentes às autarquias, assinale a alternativa correta.

- a) São pessoas jurídicas de direito público, submetidas ao controle administrativo hierárquico do ente político instituidor.
- b) Não possuem patrimônio próprio, sendo que os bens e recursos usados na prestação do serviço pertencem ao ente federado instituidor.
- c) Não podem receber a delegação da titularidade de serviços públicos, recebem somente a atribuição para a sua execução.
- d) Na hipótese de exaustão dos recursos da autarquia, incidirá a responsabilidade subsidiária do ente político instituidor.
- e) Possuem personalidade jurídica de direito público, cuja criação e definição das finalidades depende de lei complementar.

22. Os atos administrativos representam manifestações unilaterais de vontade da Administração pública, cuja validade dependem da observância de certos requisitos. Sobre o tema, é correto afirmar que

- a) a discricionariedade integra a motivação e a finalidade do ato administrativo.
- b) a prerrogativa que possui a Administração Pública de anular seus próprios atos, por força do princípio da supremacia do interesse público, não está sujeito a limitação temporal.
- c) a revogação do ato administrativo exige a comprovação de vícios de legalidade, já presentes na época da edição do ato ou ocorridos supervenientemente.
- d) vícios no elemento sujeito não comportam a convalidação do ato.
- e) o motivo apresentado para a prática do ato, ainda quando sua apresentação não era exigida pelo ordenamento jurídico, vincula a validade do ato à sua existência e veracidade.

23. Em relação ao poder de polícia administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) O poder de polícia permite que a autoridade competente interdite um restaurante, independente de defesa prévia.
- b) Decorre da relação de subordinação existente entre a Administração Pública e os administrados.
- c) A aplicação de multa contratual a uma empresa particular decorre do poder de polícia.
- d) O poder de polícia possui uma natureza predominantemente repressiva, com o intuito de evitar lesões à coletividade.
- e) Em razão do seu atributo da discricionariedade, sempre será exercido mediante critérios de conveniência e oportunidade.

24. Considerando as disposições da Lei 8.666/93, que trata das licitações públicas e dos contratos administrativos, assinale a alternativa incorreta.

- a) É vedada a criação de novas modalidades de licitação ou a combinação das existentes.
- b) Será dispensável a licitação em caso de licitação deserta, que ocorre quando não comparecem interessados à licitação anterior.
- c) Em caso de comprovado superfaturamento nas hipóteses de contratação direta, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
- d) Os contratos administrativos são regidos por normas de direito público, sendo que as disposições de direito privado serão aplicadas supletivamente.
- e) Comora os contratos administrativos sejam obrigatoriamente formalizados por escrito, há situações em que é admitida a celebração de contrato verbal.

25. Considerando as regras e disposições doutrinárias e jurisprudenciais dominantes acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) A condenação do Estado em ação indenizatória ajuizada em razão de dano causado por servidor público enseja a responsabilização do servidor em ação regressiva, independente da configuração de dolo ou culpa na sua conduta.
- b) O servidor que, no exercício da função, causar dano a um terceiro, poderá responder juntamente com o Estado na ação indenizatória, caso tenha agido com dolo ou culpa.
- c) Para a responsabilização estatal é irrelevante que a conduta tenha sido comissiva ou omissiva.
- d) A participação da vítima para a ocorrência do evento danoso pode atenuar ou até mesmo excluir a responsabilização estatal.
- e) Todos os entes da Administração Pública respondem de forma objetiva, não sendo necessária a comprovação do dolo ou culpa do agente causador do dano.

26. Considerando as disposições da Lei Complementar 491 de 20 de Janeiro de 2010, que trata do Estatuto Jurídico Disciplinar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa correta.

- a) As disposições desta Lei Complementar são aplicadas a todos os servidores da Administração Direta e Indireta, incluindo-se os servidores em estágio probatório e os titulares de cargo comissionado, não incidindo sobre os servidores com vínculo celetista.
- b) A responsabilidade administrativa do servidor será afastada nos casos em que ele for absolvido na esfera criminal.
- c) O abandono de cargo, hipótese em que será instaurado procedimento sumário para sua apuração, configura-se somente em casos de ausência ao serviço por um período superior a trinta dias consecutivos.
- d) Quando o servidor esteja respondendo a mais de um procedimento administrativo disciplinar, aqueles instaurados posteriormente deverão aguardar até o

juízo final dos processos que foram instaurados anteriormente.

- e) A inassiduidade habitual, hipótese em que será instaurado procedimento sumário para apuração, configura-se somente se configura em casos de ausência ao serviço por um período superior a sessenta dias intercalados, no período de doze meses.

27. Conforme rege a Lei 9.784/99, é impedida de participar no processo administrativo a autoridade

- a) que seja amigo íntimo do cônjuge de um dos interessados.
- b) cujo sobrinho tenha atuado como perito no processo.
- c) que esteja litigando judicialmente contra o irmão de um interessado.
- d) que possua inimizado notória com um dos interessados.
- e) cujo primo seja representante de um dos interessados no processo.

28. Quando o servidor responsável deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação, conforme rege a Lei 8.429/92, praticará ato de improbidade que

- a) importa em enriquecimento ilícito, sendo o dolo imprescindível para sua configuração.
- b) importa em prejuízo ao erário, não sendo o dolo imprescindível para sua configuração.
- c) atenta contra os princípios da Administração Pública, sendo o dolo imprescindível para sua configuração.
- d) importa em prejuízo ao erário, sendo o dolo imprescindível para sua configuração.
- e) atenta contra os princípios da Administração Pública, não sendo o dolo imprescindível para sua configuração.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

29. São direitos sociais elencados expressamente na Constituição Federal:

- a) educação, saúde, moradia e vida.
- b) trabalho, educação, saúde e previdência social.
- c) inviolabilidade da casa, assistência aos desamparados, saúde e propriedade.
- d) segurança, lazer, moradia e liberdade de reunião.
- e) lazer, liberdade de reunião, proteção à maternidade e à infância e transporte.

30. A Constituição Federal proíbe o tratamento diferenciado entre brasileiros natos e naturalizados, exceto os casos que prevê taxativamente em seu texto. Dentre tais diferenças estão cargos privativos de brasileiros natos. A respeito do tema, indique a alternativa em os dois cargos devem ser privativos de brasileiros natos.

- a) Presidente do Senado Federal e Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- b) Deputados Federais e Vice-Presidente da República.
- c) Governador de Estado e Presidente da República.
- d) General do Exército e Ministro de Estado da Defesa.
- e) Carreira diplomática e Ministro da Justiça e Segurança Pública.

31. Considere as normas da Constituição Federal sobre a liberdade de associação profissional ou sindical e assinale a alternativa correta.

- a) A participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho é facultativa.
- b) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, embora deva ser feito o registro no órgão competente, sendo ainda vedado ao Poder Público a intervenção na organização sindical.
- c) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, mas apenas em questões judiciais.
- d) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que corresponderá à área de um Município.

e) A assembleia geral fixará a contribuição para custeio do sistema confederativo da representação sindical, que será descontada em folha de todos os trabalhadores, independentemente da condição de sindicalizado.

32. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre:

- a) iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares.
- b) subsídio para os Deputados Federais e os Senadores.
- c) autorização de operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- d) a mudança temporária da sede do Legislativo.
- e) concessão de anistia.

33. A respeito do Poder Executivo, indique a alternativa INCORRETA:

- a) Os atos do Presidente da República que atentem contra a lei orçamentária configuram crime de responsabilidade.
- b) Compete ao Senado Federal julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade e ao Supremo Tribunal Federal compete julgar o Chefe do Executivo da União por crime comum. Nos dois casos, primeiro é necessário que a Câmara admitida a acusação, por dois terços de seus membros.
- c) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, por até cento e oitenta dias, nas infrações penais comuns, se admitida a acusação pela Câmara dos Deputados.
- d) O Presidente da República, durante o mandato, não se submete à prisão provisória, nem mesmo em razão de flagrante de crime inafiançável.
- e) Na vigência de seu mandato, o Chefe do Executivo da União não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções. Essa prerrogativa não pode ser estendida nem a Governadores e nem a Prefeitos.

34. A respeito das Súmulas Vinculantes e da competência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa correta.

- a) Podem propor Súmula Vinculante os que podem propor ação direta de inconstitucionalidade, além de outros autorizados por lei infraconstitucional.
- b) A Súmula Vinculante, a partir de sua publicação na imprensa oficial, vincula aos demais órgãos do Poder Judiciário, ao Executivo, ao Legislativo e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- c) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de três quintos dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula vinculante, para dirimir controvérsia a respeito de determinada matéria.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário, mandado de segurança julgado pelo Superior Tribunal de Justiça em última instância.
- e) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o crime político.

35. A respeito do Distrito Federal e dos Territórios, indique a assertiva correta.

- a) O Distrito Federal, assim como se aplica aos Territórios, não pode ser dividido em Municípios.
- b) O Distrito Federal é um ente federativo híbrido, capaz de exercer competências legislativas estaduais e municipais.
- c) O Distrito Federal se organiza por meio de lei orgânica votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, sendo aprovada por dois terços da Câmara Legislativa e promulgada pelo Governador, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição.
- d) As contas do Governo do Território serão submetidas ao Senado Federal, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União.
- e) Nos Territórios Federais, além do Governador nomeado pelo Presidente da República, após aprovação do Senado, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais.

36. O Estado de Santa Catarina, por lei de iniciativa parlamentar, ampliou as condições de isenção de IPVA. O Governador, inconformado, propôs ação direta de inconstitucionalidade ao STF, porque a seu ver, a lei é formalmente inconstitucional, uma vez que matéria tributária é assunto de iniciativa privativa do Chefe do Executivo. A respeito do caso hipotético, indique a única assertiva correta.

- a) O Governador está equivocado, uma vez que matéria tributária é da iniciativa concorrente, de forma que o projeto de lei pode ser apresentado tanto pelo prefeito quanto pelos parlamentares.
- b) Não assiste razão ao governador, porque matéria tributária só é de iniciativa privativa do Chefe do Executivo no âmbito federal.
- c) O Governador de Santa Catarina tem razão, porque a Constituição Federal reservou ao Chefe do Executivo a iniciativa de leis que tratam de matéria tributária.
- d) Para questionar a inconstitucionalidade, o Governador deveria ter vetado o projeto de lei, pois a sanção convalidou o vício de iniciativa.
- e) A lei estadual é inconstitucional, mas não pela razão apresentada pelo Governador e sim porque norma geral em matéria tributária é assunto da competência da União.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

37. Em relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Dec.-Lei nº 4.657/42), é correto afirmar que:

- a) a lei do país em que nascida a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família;
- b) o penhor regula-se pela lei do domicílio que tiver sido constituída a dívida;
- c) para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que domiciliados os seus proprietários;
- d) para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se executarem;
- e) a obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.

38. Não é causa que cessa a menoridade:

- a) o casamento de menos de dezesseis anos;
- b) o exercício de emprego público efetivo;
- c) a colação de grau em curso de ensino superior;
- d) o estabelecimento civil ou comercial, ou a existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria;
- e) a emancipação voluntária por concessão dos pais.

39. O Banco do Brasil é:

- a) pessoa jurídica de direito público interno, em qualquer caso;
- b) pessoa jurídica de direito público externo, em qualquer caso;
- c) pessoa jurídica de direito público interno, quando se relaciona com o Banco Mundial;
- d) pessoa jurídica de direito privado;
- e) empresa pública.

40. Em relação ao contrato de seguro imobiliário, o prazo prescricional do cliente em relação ao banco é de:

- a) um ano;
- b) dois anos;
- c) três anos;
- d) cinco anos;
- e) dez anos.

41. Marque a opção que corretamente indicar um bem móvel:

- a) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram;
- b) o direito à sucessão aberta;
- c) as energias que tenham valor econômico;
- d) uma casa;
- e) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

42. Não são responsáveis pela reparação civil:

- a) os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;
- b) os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;
- c) o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;
- d) os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia;
- e) o agente, em caráter pessoal, pelo dano que causar no cumprimento de um dever legalmente reconhecido.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

43. O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição e no CPC. Sobre as normas fundamentais do processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) O Código de Processo Civil veda completamente que seja proferida decisão contra uma das partes sem sua prévia oitiva.
- b) O Princípio da Cooperação é aplicado a todos sujeitos do processo, exceto ao autor e réu, visto que apresentam interesses opostos e, assim, estão isentos de tal obrigação.
- c) O Princípio da Boa-fé tem aplicação restrita às partes e ao magistrado.
- d) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- e) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo quando se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

44. Quanto à aplicação das normas processuais, assinale a alternativa correta:

- a) A jurisdição civil será regida sempre pelas normas processuais brasileiras.
- b) As disposições previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais são de observância obrigatória, ainda que o Brasil não seja signatário do pacto.
- c) A norma jurídica não retroagirá, mas alguns atos praticados sob a vigência da norma revogada deverão ser refeitos para que sejam considerados válidos.
- d) O Código de Processo Civil tem aplicação restrita às demandas que tramitam nas varas cíveis dos Tribunais de Justiça.
- e) O Código de Processo Civil poderá ser aplicado subsidiariamente a outras áreas, a exemplo dos processos administrativos.

45. Alguns sujeitos processuais devem ser representados, ativa e passivamente, para que possam praticar os atos típicos de uma ação judicial. Desse modo, pode-se afirmar que:

- a) a União deverá ser representada, sempre diretamente, pela Advocacia-Geral da União.
- b) os Estados e o Distrito Federal serão representados por seus procuradores.
- c) os Municípios, assim como os Estados, têm representação exclusivamente vinculada à procuradoria.
- d) a herança jacente ou vacante necessita do inventariante para a prática de atos.
- e) o espólio deve ser representado judicialmente por seu curador.

46. Considerando as situações de impedimento ou suspeição previstas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa em que será possível a atuação regular do sujeito:

- a) Arthur, juiz da 1ª vara cível, é amigo íntimo de Pedro, parte autora do processo.
- b) Beatriz, juíza da 3ª vara da Fazenda Pública, após o início do processo, aconselhou Marina acerca do objeto da causa.

c) Cristiane, juíza da 2ª vara cível, teve sua suspeição alegada por Daniel que, logo em seguida, praticou ato demonstrando aceitação do arguido.

d) David, desembargador integrante da 1ª turma do Tribunal de Justiça, conheceu do processo e o decidiu quando era juiz de primeiro grau e foi sorteado como relator da apelação.

e) Emanuela, promotora de justiça, está atuando em ação que tem uma faculdade particular como parte e Emanuela integra o quadro de docentes da instituição.

47. Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. Com base nas disposições do Código, pode-se afirmar que:

a) a decisão interlocutória é o pronunciamento judicial que põe termo à fase cognitiva do procedimento comum.

b) os despachos são os pronunciamentos do juiz praticados no processo, que não se configurem como sentenças ou decisões interlocutórias, sempre de ofício.

c) a juntada e a vista obrigatória são atos que independem de despacho e devem ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário.

d) acórdão é o nome dados às decisões proferidas em tribunais.

e) os atos meramente ordinatórios independem de despacho, devem ser praticados de ofício pelo servidor e não serão revisados pelo magistrado.

48. Os prazos processuais ocupam importante papel pois impõem ritmo à marcha processual, impedindo que haja um prolongamento desnecessário ou prejudicial às partes. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) apenas os prazos processuais deverão ser computados em dias úteis.
- b) os prazos processuais e materiais deverão ser computados em dias úteis.
- c) o juiz, assim como as partes, deverá observar os prazos a que está submetido e não poderá excedê-los.
- d) para que façam jus à contagem de prazo em dobro para as manifestações, os litisconsortes deverão apresentar procuradores diferentes, ainda que do mesmo escritório de advocacia.
- e) o prazo em dobro para litisconsortes é garantido para processos em autos físicos ou eletrônicos.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

49. Com relação à aplicação da lei penal, assinale a opção correta:

- a) para fins de aplicação da lei pena, o conceito de território nacional estende-se as embarcações e aeronaves brasileiras de natureza pública, desde que se encontrem no espaço aéreo brasileiro ou em alto-mar.
- b) Aplica-se a lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, na hipótese de crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir, independentemente de quaisquer condições.
- c) com relação à aplicação da lei penal no espaço, a lei penal brasileira adota o princípio da territorialidade, de forma absoluta.
- d) quanto ao lugar do crime, o sistema penal brasileiro adotou a teoria da atividade, unidade ou mista.
- e) aplica-se a lei brasileira aos crimes praticados em território estrangeiro em detrimento da administração pública, por quem está a seu serviço.

50. De acordo com a teoria do crime, é INCORRETO afirmar:

- a) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia relativa do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- b) o arrependimento eficaz é causa de diminuição de pena.
- c) para que surtam os efeitos previstos no art. 15 do CP, tanto a desistência voluntária quanto o arrependimento eficaz devem ser voluntários e espontâneos.
- d) salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.
- e) os crimes unissubsistentes, os crimes omissivos próprios e as contravenções penais, entre outros, não punem a figura da tentativa.

51. Joãozinho recebeu em proveito próprio coisa alheia móvel cuja subtração específica previamente encomendara a Luizinho. Assim, Joãozinho cometeu o delito de

- a) furto.
- b) receptação dolosa.
- c) receptação culposa.
- d) favorecimento real.
- e) favorecimento pessoal

52. Huguinho e Zezinho deliberam a prática conjunta de furto a uma residência. Sem o conhecimento de Zezinho, Huguinho, para a segurança de ambos, e sem que Zezinho soubesse, arma-se de um revólver carregado com 02 cartuchos. Os dois entram na casa. Enquanto Zezinho furtava os bens que se encontravam na área externa, Huguinho é surpreendido com a presença de um morador que reage e acaba sendo morto por Huguinho. Nessa situação hipotética é correto afirmar que:

- a) Huguinho e Zezinho responderão por latrocínio.
- b) Huguinho responderá por latrocínio e Zezinho pelo crime de furto qualificado pelo concurso de agentes.
- c) Huguinho responderá pelo latrocínio e pelo furto, enquanto Zezinho apenas pelo furto qualificado pelo concurso de agentes.
- d) Huguinho responderá pelo latrocínio, pelo furto e pelo porte ilegal de arma, enquanto Zezinho apenas pelo furto qualificado pelo concurso de agentes.
- e) Huguinho e Zezinho responderão pelo furto qualificado pelo concurso de agentes, pois o latrocínio não foi previamente ajustado na preparação da manobra criminosa.

53. No que tange aos crimes cometidos contra a fé pública, marque a assertiva correta:

- a) No crime de falsificação de documento público, previsto no art. 297 do Código Penal, a pena é aumentada de sexta parte se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo.
- b) O dispositivo que trata do crime de uso de documento falso é norma imperfeita em seu preceito primário, porque remete o intérprete a outros tipos penais para conceituar os papéis falsificados, e norma penal em branco em seu preceito secundário, por remeter a outro artigo para apurar a pena cominada.
- c) o objeto material do crime de uso de documento falso constitui-se de papéis materialmente ou ideologicamente falsos
- d) o crime de falsidade ideológica comporta modalidade comissiva, mas não é possível a conduta omissiva.
- e) é possível a modalidade culposa do crime de falsificação de documento público.

54. Em relação aos crimes praticados contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) No crime de favorecimento pessoal, fica isento de pena o agente que, sendo ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, presta-lhe auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime.
- b) Em se tratando de corrupção passiva, a pena será aumentada se o funcionário praticar, deixar de praticar ou retardar ato de ofício, com infração do dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem.
- c) a pena será aumentada de quarta parte se o autor for ocupante de função de direção de órgão de sociedade de economia mista.
- d) é incabível, nos crimes funcionais, a extinção da punibilidade no caso de reparação de dano.
- e) O sujeito que atribui a si mesmo a prática de crime inexistente ou que foi cometido por terceiro, pratica comunicação falsa de crime.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

55. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Art. 127 da Constituição). A esse respeito, no caso de ação penal privada subsidiária da pública, é INCORRETO afirmar que:

- a) cabe ao Ministério Público aditar a queixa.
- b) no caso de negligência do querelante e sem que haja sua concordância, retomar a ação penal como parte principal.
- c) repudiar a inicial acusatória e oferecer denúncia substitutiva.
- d) é possível a intervenção em todos os termos do processo.
- e) poderá fornecer elementos de prova.

56. Relativamente ao tema ação penal, analise as afirmativas a seguir:

I- A denúncia ou queixa será rejeitada quando faltar justa causa para o exercício da ação penal.

II- O perdão independe de aceitação do querelado, tácita ou expressa.

III- A queixa, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, não poderá ser aditada pelo Ministério Público.

IV- Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública. Está correto o que se afirma:

- a) I e III.
- b) I, II, e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV
- e) I e IV.

57. Em relação à fiança, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A fiança tomada por termo obrigará o afiançado a comparecer perante a autoridade todas as vezes que for intimado para atos do inquérito e da instrução criminal e para o julgamento. Quando o réu não comparecer, a fiança será havida como quebrada.

b) Entender-se-á perdido, na totalidade, o valor da fiança, se, regularmente intimado para ato do processo, deixar de comparecer, sem motivo justo.

c) A fiança será quebrada quando o acusado deliberadamente praticar ato de obstrução ao andamento do processo.

d) Julgar-se-á quebrada a fiança quando o acusado descumprir medida cautelar imposta cumulativamente com a fiança.

e) o valor da fiança será fixado pela autoridade que a conceder nos limites de 1 (um) a 100 (cem) salários mínimos, quando se tratar de infração cuja pena privativa de liberdade, no grau máximo, não for superior a 4 (quatro) anos.

58. Sobre a prisão preventiva é correto afirmar que:

a) é admitida nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 4 (quatro) anos.

b) em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

c) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva.

d) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.

e) A decisão que decretar e substituir a prisão preventiva será sempre motivada e fundamentada, mas a que denega não precisa ser fundamentada pois favorece o acusado.

59. Com relação à Lei n. 7.960/89, que dispõe sobre prisão temporária, assinale a afirmativa correta.

a) O prazo da prisão, seja qual for o crime, é de 30 dias prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

b) O prazo, em se tratando de crime hediondo ou assemelhado, é de trinta dias, enquanto nos demais é de cinco dias, não sendo possível a prorrogação.

c) O juiz poderá decretá-la de ofício, ou a atendendo representação da autoridade policial ou a requerimento do Ministério Público.

d) Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, colocar imediatamente o preso em liberdade, salvo se já tiver sido comunicada da prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva.

e) Os presos temporários, dentro do possível, devem ficar separados dos demais detentos.

60. Pamela, 29 anos, foi vítima de crime de ameaça, previsto no artigo 147 do Código Penal, que assim dispõe: “Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave: Pena - detenção de 1 a 6 meses, ou multa. Parágrafo único. Somente se procede mediante representação.” A carta ameaçadora não foi assinada, mas constava que foi enviada em 05.01.2020 e recebida em 07.01.2020. No dia 20.01.2020, Pamela descobriu que a ameaça havia sido realizada por Roberto. Sobre essa situação hipotética, é correto afirmar que para exercer o direito de representação, Pamela teria o prazo de:

- a) de 06 meses, contado a partir de 20.01.2020, sob pena de decair do direito de representação.
- b) de 06 meses, contado a partir de 05.01.2020, sob pena de decair do direito de representação.
- c) de 03 meses, contado a partir de 20.01.2020, sob pena de decair do direito de representação.
- d) de 06 meses, contado a partir de 07.01.2020, sob pena de decair do direito de representação.
- e) de 03 meses, contado a partir de 05.01.2020, sob pena de decair do direito de representação.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-SC-15-08>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>